



Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível...¹

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CETAC.Media

armando.malheiro@gmail.com

Resumo

O objectivo central deste artigo é demonstrar de um ponto de vista epistemológico que a Ciência da Informação trans e interdisciplinar que se desenvolve na Universidade do Porto resulta de uma dinâmica de integração do legado técnico e prático das disciplinas Arquivística, Bibliotecologia (Biblioteconomia/Documentação) e Museologia, legado esse essencial para o estudo sistemático, problematizador e científico do objecto informação. E em particular o Sistema de Informação que supera o reducionismo anacrónico de conceitos como fundo e colecção. Mais se enfatiza que a tríade informação - documento - comunicação constitui o território pleno de investigação e acção não apenas da CI enquanto disciplina específica, mas da CI no quadro interdisciplinar das Ciências da Comunicação e Informação que se está a tentar desenvolver a partir da Universidade do Porto.

Palavras chave: Arquivo, Biblioteca, Museu, Sistema de Informação e Ciência da Informação

Archive, library, museum, information system

Abstract

The main purpose of this article is to demonstrate from an epistemological point of view that trans and interdisciplinary Information Science (IS) as developed in University of Porto is the result of an integrated dynamic based on the technical and practical legacy of Archive Science, Library Science (Librarianship/Documentation)

and Museology, essential to the systematic, problematic and scientific study of the Information as an object. And in particular the Information System which overcomes the anachronistic reductionism of concepts such as fonds and collection. The present work also aims to emphasize that the triad information – document – communication is not only the investigation and action field of the IS as a specific discipline, but also of the IS in the interdisciplinary frame of the Information and Communication Sciences, as it is been developed in University of Porto.

Keywords: Archive, Library, Museum, Information System, Information Science

Definições em exame...

As instituições e serviços Arquivo, Biblioteca e Museu estão na raiz e na designação das respetivas disciplinas profissionais e alegadas ciências. Característica estranha e rara que dificilmente se repete na realidade conhecida: ao longo do séc.XIX, a Arquivologia / Arquivística, a Bibliotecologia/ Biblioteconomia e a Museologia / Museografia, surgiram assim nomeadas, no entanto, parecerá absurdo sequer imaginar uma Hospitalogia, uma Tribunalogia ou uma Bancologia... O *locus* institucional e de desempenho profissional não se converte naturalmente em coluna vertebral de uma disciplina científica. No entanto, foi isso que sucedeu com o Arquivo, a Biblioteca e o Museu – por quê?

Poderíamos consultar vários dicionários de terminologia nas três áreas, mas não é necessário. Basta compulsar o completíssimo *Dicionário do Livro* (Faria; Pericão, 2008), a *Wikipédia* e, eventualmente, outras fontes *online* sobre os termos seguintes:

Arquivologia / Arquivística – Ciência que tem por objecto os arquivos, os princípios da sua constituição, conservação, organização e comunicação (DL, 96); «Ciência e disciplina que objetiva gerenciar todas as informações que possam ser registradas em documentos de arquivos» (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquiv%C3%ADstica>).

Arquivo – Conjunto orgânico de documentos, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva ou por um organismo público ou privado, no exercício de sua atividade e organizados e conservados de forma permanente ou durante um período de tempo determinado, a título de prova ou informação, qualquer que seja a data, a forma ou suporte material; (...) organismo encarregado de reunir arquivos, conservá-los e colocá-los à disposição dos utilizadores; edifício no qual são conservados registos públicos ou documentos históricos, geralmente não impressos; (...) móvel destinado à guarda de documentos (DL, 96); Em arquivologia, **arquivo** é um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. Os documentos preservados pelo arquivo podem ser de vários tipos e em vários suportes (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo>).

Fundo de Arquivo – Conjunto orgânico de documentos de toda a natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma única pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções; é a mais ampla unidade arquivística (DL, 584); O princípio de proveniência remete-nos para um conceito de extrema importância para os arquivistas: a noção de Fundo de Arquivo. O fundo de arquivo corresponde à seguinte definição: «Conjunto

de documentos de qualquer natureza – isto é, independentemente da sua idade, suporte, modo de produção, utilização e conteúdo – reunidos automática e organicamente – ou seja, acumulados por um processo natural que decorre da própria actividade da instituição –, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções» (Blogue Archive-se: <http://clips-e-postits.blogspot.pt/2007/06/fundo-de-arquivo-noo-e-aplicao.html>).

Bibliotecologia – Ciência que tem por objecto o estudo da formação e do funcionamento das Bibliotecas. Bibliotecosofia. (DL, 158); La biblioteconomía, conocida también en algunos países hispanoamericanos como bibliotecología, es el conjunto de actividades técnicas y científicas que tiene como finalidad el conocimiento de la información, de los materiales en que se presenta y del lugar en que se hace uso de ella, para con esto responder mejor en calidad y cantidad a las demandas de información que hace la sociedad. El término deriva de las palabras griegas *biblion* ('libro'), *theke* ('caja') y *nomos* ('ley') (Wikipédia: <http://es.wikipedia.org/wiki/Biblioteconom%C3%ADa>).

Biblioteconomia – Teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de bibliotecas, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas; prática e estudo de recolha, armazenamento, recuperação e fornecimento de informação; arte de organizar, administrar e conservar uma biblioteca (DL, 158).

Biblioteca – Arca, cofre, *armarium*, pequeno nicho localizado junto do templo onde eram guardados os livros que eram frequentemente necessários ao culto e a leitura complementar; inicialmente com este sentido de móvel de madeira provido de portas e prateleiras, pouco a pouco vai adquirindo o sentido topográfico, até atingir o de dependência, divisão com o sinónimo de *libreria*, o que acontece apenas no século XIV (...) Lugar onde os livros são guardados em sentido mais lato, local de guarda e de manuseio de material escrito. (...) Qualquer colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos ou de quaisquer documentos gráficos ou audiovisuais disponíveis para empréstimo, consulta ou estudo, criada com determinados fins de utilidade pública ou privada. Organismo ou parte de uma organização cujo objectivo principal é organizar colecções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos utilizadores nos aspectos de informação, educação ou lazer. Móvel ou móveis onde se guardam os livros, publicações periódicas, documentos impressos, manuscritos ou outros, Edifício destinado a abrigar colecções de livros e documentos, devidamente ordenadas para consulta pública ou particular (...) (DL, 147). Biblioteca (do grego βιβλιοθήκη, composto de βιβλίον, «livro», eθήκη «depósito»), na definição tradicional do termo, é um espaço físico em que se guardam livros. De maneira mais abrangente, biblioteca é todo espaço (concreto, virtual ou híbrido) destinado a uma coleção de informações, sejam escritas em folhas de papel (livros, monografias, enciclopédias, dicionários, manuais) ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como CD, fitas, VHS, DVD e bancos de dados. Revistas e jornais também são colecionados e armazenados especialmente em uma hemeroteca (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca>).

Bibliologia – Ciência do livro. Ciência da comunicação escrita. Arte de discorrer sobre os livros e de falar deles com pertinência, tanto no que respeita à sua temática, como à sua história. História crítica dos livros incluindo a sua origem, tema, tinta, suporte e forma interior e exterior, sua divisão em manuscritos, impressos e electrónicos. Segundo Otlet é a ciência geral que abarca o conjunto sistemático classificado dos dados relativos à produção, difusão, conservação, circulação e utilização dos escritos e dos documentos sob todas as suas formas incluindo a investigação dos factores e explicação dos fenómenos – tanto nos planos económico e técnico como nos planos político, social e cultural – para determinar as perspectivas de evolução, tanto quantitativas como qualitativas. O seu objecto não é apenas o livro, mas também os seus substitutos, como o filme, a fotografia, os media. Ciência da escrita. A bibliologia apareceu em finais do século XVIII e evoluiu através dos séculos XIX e XX. Evoluiu de ciência do livro para ciência do escrito (DL, 146); Bibliologia é a ciência da história e composição dos livros. É o conjunto de conhecimentos e técnicas que abrangem a história do livro, a bibliotecnia, a bibliografia, a bibliotecologia,

a biblioteconomia e a bibliofilia, e se relacionam com a origem, evolução, produção, publicação, descrição, enumeração, conservação e restauração dos livros, e a organização deles em coleções gerais ou especiais para uso público ou privado. O profissional dessa área é o bibliólogo (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliologia>).

Bibliografia² – Palavra derivada de duas palavras gregas, *biblion* (livro) e *grapheia* (escrever) usada originariamente no sentido de “escrever livros”; a partir do século XVI verificou-se uma transição deste significado para o de “escrever sobre livros”. Sociologia dos textos. Disciplina que estuda os textos como formas conservadas, assim como os seus processos de transmissão, da produção à recepção. Como área do conhecimento, parte da bibliologia que estuda as técnicas de identificação e descrição de documentos e a ordenação dessas descrições. (...) Arte de descrever os livros correctamente no que diz respeito à autoria, edições, forma física, etc. Arte de conhecer livros. (...) Ciência dos livros, ramo do conhecimento respeitante ao exame histórico e técnico de obras escritas, em que os livros impressos e manuscritos são analisados com a finalidade de descobrir ou verificar a sua origem e proveniência, datas, números e ordem de páginas, autoria e material de suporte. Disciplina que estuda o livro impresso enquanto objecto material, com o objectivo de traçar a história da produção e circulação do livro sob os aspectos técnico e cultural; observa, descreve e interpreta os elementos bibliográficos no período inicial da tipografia, no período da tipografia manual, no período da tipografia mecânica e no período da composição electrónica (...) (DL, 140–141); Uma bibliografia é uma lista estruturada de referências a livros ou outros documentos, designadamente artigos de periódicos, com características comuns, como por exemplo, o mesmo autor ou o mesmo assunto. Uma bibliografia é constituída por referências bibliográficas, ou seja, pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros. A primeira bibliografia publicada data de 1494 (*Liber de scriptoribusecclesiasticis*). Já a primeira bibliografia universal é de 1545 (*Biblioteca universalis*, de Conrad Gesner). A primeira bibliografia nacional é inglesa e foi consagrada aos escrivãos (John Bale, 1549). Embora a palavra *bibliografia* só tenha surgido em 1633, a atividade que ela designa remonta à Antiguidade: catálogo, repertório, índice, inventário, e todas as formas pelas quais os eruditos têm procurado reunir, sobre um assunto ou dentro de uma disciplina, à informação mais completa. A partir do século XVIII, a bibliografia se diversificou, tornando-se uma «ciência do livro», apurada no século XX com as técnicas de documentação. Mais recentemente, com a invenção do meio virtual, a palavra *bibliografia* pôde englobar não só seus sentidos com livros e documentos impressos ou manuscritos, mas também com os ditos e-books (livros eletrônicos) e outros meios de publicação digital, entre eles a internet (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliografia>).

Documentação – Disciplina científica, surgida entre os finais do século XIX e o início do século XX, que estuda a compilação contínua e sistemática de informação registada de modo a permitir a sua armazenagem, recolha, utilização ou transmissão. Em sentido genérico, aquisição, organização, armazenamento, recuperação e difusão de documentos. Coleção de documentos compilados sobre determinado assunto. (...) Documentalismo. Documentografia. Ver também Ciências da Documentação (DL, 403–404); Documentação é o conjunto de documentos, que são todas as fontes contendo informações que ajudem a tomar decisões, comuniquem decisões tomadas, registrem assuntos de interesse da organização ou do indivíduo. Tem como característica reunir informações escritas acumuladas numa série sucessiva de anotações, quando dizem respeito a uma organização ou a um indivíduo, assumem a característica de documento. O conjunto dos documentos passa a constituir a documentação, com fins comerciais, industriais, jurídicos, escolares, etc. (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Documentação>).

Ciências da Documentação – Designação atribuída ao conjunto de ciências constituído pela bibliotecologia, arquivologia e documentação (DL, 251).

Colecção – (...) Compilação. Reagrupamento voluntário de documentos, objectos, informações de diversas

proveniências, etc. reunidos em função da semelhança de uma ou várias das suas características, afinidade de assunto, formato, época, etc. Conjunto de peças da mesma natureza seleccionadas por razões de raridade, singularidade ou beleza, constituído por um organismo, juntas e classificadas, com finalidades instrutivas, utilitárias ou recreativas. Totalidade de documentos postos à disposição de um utilizador. Em arquivística, unidade constituída por um conjunto de documentos de arquivo do mesmo fundo ou núcleo, organizada por tipologia documental, assunto ou outra(s) característica(s) comum(uns); nesta acepção opõe-se a processo. Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o suporte, a tipologia documental ou o colecionador; nesta acepção opõe-se a fundo ou núcleo (DL, 276); Coleção - conjunto, reunião de objetos, compilação, ajuntamento, série e grupo (Wikcionário: <https://pt.wiktionary.org/wiki/coleção#Portugu.C3.AAs>).

Museologia - Teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de museus, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas (DL, 852); Museologia (do grego *μουσειόν* = museiόν 'museu', lugar das musas, e *λόγος* = logos, razão) é a área do conhecimento dedicada especialmente à administração, manutenção, organização de exposições e eventos em museus. Os primeiros museus, chamados «gabinetes de curiosidades», surgidos entre os séculos XV e XVI, eram um «amontoado» de objetos sem relação entre si, sem nenhuma classificação ou ordenação, que praticamente não transmitiam nenhuma informação. Somente no fim do século XIX que um museu, o Museu de História Natural de Londres, exibiu seus objetos ordenados cientificamente, graças à classificação de Carlos Lineu. Durante o século XX, as técnicas de exposição foram incorporando os avanços da comunicação e da ciência da informação, havendo hoje museus que fazem uso de multimídia. No Brasil, por exemplo, o Museu da Língua Portuguesa usa recursos como projeção de imagens para transmitir a informação sobre o «acervo» (no caso, a própria língua portuguesa). A museologia hoje trata desde as técnicas de restauração, conservação, acondicionamento e documentação do acervo até a preparação de mostras, exposições e ações culturais. Atualmente o museólogo trabalha com as ciências da comunicação e da computação. A televisão e a informática tem sido incorporadas para transmitir os conteúdos de forma lúdica e eficiente e a manipulação, estudo e catalogação dos objetos passou a ser praticamente uma condição essencial aos museus, assim como a inclusão de tecnologia que durante muito tempo ficou restrita a parques de diversão (trens para percorrer réplicas de minas e cavernas, dinossauros, etc.) (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Museologia>).

Museografia - Designam-se sob esta palavra as técnicas de identificação e descrição de documentos conservados em museus (DL, 852); «La museografia è una disciplina che, assieme alla museologia, si occupa di musei. L'uso dei due termini, anche in âmbito scientifico e professionale, non è uniforme. Il significato e il ruolo che si tende a attribuire a l'uno o a l'altro termine cambia con il variare del contesto. In generale possiamo affermare che, per quanto riguarda l'Italia, con museografia si intende la disciplina che si occupa del museo per quanto concerne la struttura architettonica, l'allestimento delle collezioni, le soluzioni espositive e tecniche, gli spazi. La museografia è una disciplina insegnata nei corsi di laurea in architettura, nelle Accademie delle Belle Arti» (Wikipédia: <http://it.wikipedia.org/wiki/Museografia>).

Museu - Coleção de documentos de interesse científico ou cultural conservada de forma permanente e que pode estar patente ao público. Organismo encarregado de reunir, conservar e expor documentos de valor. Edifício destinado a esse fim (DL, 852); Um museu é, na definição do International Council of Museums (ICOM, 2001), «uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade». Os museus tiveram origem no hábito humano do colecionismo, que nasceu junto com a própria humanidade. Desde a Antiguidade remota o homem, por infinitas razões, coleciona objetos e lhes atribui valor, seja afetivo, cultural ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo. Milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições vagamente semelhantes ao museu moderno

funcionando. Entretanto, somente no século XVII se consolidou o museu mais ou menos como atualmente o conhecemos. Depois de outras mudanças e aperfeiçoamentos, hoje os museus, que já abarcam um vasto espectro de campos de interesse, se dirigem para uma crescente profissionalização e qualificação de suas atividades, e se caracterizam pela multiplicidade de tarefas e capacidades que lhes atribuem os museólogos e pensadores, deixando de ser passivos acúmulos de objetos para assumirem um papel importante na interpretação da cultura e na educação do homem, no fortalecimento da cidadania e do respeito à diversidade cultural, e no incremento da qualidade de vida. Porém, muitos dos conceitos fundamentais que norteiam os museus contemporâneos ainda estão em debate e precisam de clarificação (Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu>).

Este alinhamento de definições não é aleatório e baseia-se em duas fontes substancialmente diferentes que importa manter contrastadas. Uma delas – a *Wikipédia* – suscita ainda grande desconfiança, mas deixa perceber através deste apanhado circunscrito e específico, estar aberta a contribuições de valor bastante desigual, embora, no caso em pauta, prevaleça uma informação bastante fiável e atualizada. A amostra é, de fato, limitada, mas suficiente para, de imediato, se perceber a variedade de «micro» disciplinas relacionadas com o livro e a biblioteca que surgem antes e na sequência da Revolução Francesa. Foi esse o caso em que acabou por se distinguir melhor o estudo e gestão da biblioteca (pela Bibliotecologia e pela Biblioteconomia), enquanto organismo, instituição ou serviço vocacionado para conter, organizar e disponibilizar livros, sobretudo impressos, à consulta de não importa que utilizadores, do estudo do livro, sua génese, evolução, descrição, suporte e uso, como ficou plasmado no termo Bibliologia e Bibliografia. Pelas definições dadas, não fica difícil estabelecer uma similitude entre a Bibliologia e a Documentação – Paulo Otlet foi quem, no seu Tratado da Documentação (1934), teceu esse denominador comum entre duas disciplinas que não custa admitir serem só uma.

Examinando as outras definições, não encontramos a mesma variedade designativa e, pelo contrário, nota-se um padrão comum a Arquivo e a Museu. Em relação àquele, temos a Arquivologia e a Arquivística sincreticamente unidas, significando tanto a ciência que tem por objeto os arquivos (os princípios da sua constituição, conservação, organização e comunicação), como a ciência ou disciplina que visa gerir a informação contida nos documentos de arquivo. Sob a mesma designação temos uma ciência que estuda o Arquivo, enquanto organismo, instituição ou serviço (instalado num edifício) que custodia, organiza e disponibiliza fundos, e temos outra ciência que se ocupa do Fundo, ou seja, de um «Conjunto orgânico de documentos, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva ou por um organismo público ou privado, no exercício de sua atividade...». Por sua vez, a Museologia é «teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de museus, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas» e é disciplina «dedicada especialmente à administração, manutenção, organização de exposições e eventos em museus». Portanto, tal como a Arquivologia ou a Arquivística, a Museologia abarca dois objetos distintos e fica refém de uma polissemia nefasta, patente no termo arquivo (instituição/serviço e fundo) e no termo museu (instituição/serviço e coleção

das peças guardadas, descritas e expostas). E o emprego da palavra Museografia não veio ajudar muito, como ilustra a recolha feita, a desfazer o sincretismo de sentidos, naturalmente opostos.

O exame, ainda que ligeiro, das definições recolhidas, permite detetar, no caso do livro e das bibliotecas, uma variedade de especializações, consubstanciadas em maior número de nomeações específicas, determinadas pela prática: o trabalho descritivo – bibliográfico – das publicações impressas foi sendo feito por bibliotecários, por colecionadores, livreiros e alfarrabistas, demarcando-se, na prática, dos estudos bibliológicos ou, em expressão mais simples, dos estudos sobre as origens técnico-industriais do livro impresso artesanal (estudos ancorados na tradição codicológica) e mecanizado, a evolução, os contextos de uso e as práticas (coletivas e individuais) de leitura. Mas, em todos os casos, do arquivo ao museu, ressalta uma diferença fenoménica indelével: continente e conteúdo combinam, mas são objetos de estudo diferentes. As definições selecionadas colocam esta diferenciação em evidência e obriga a pensar se, nos tempos em que estamos e nos que aí vêm, é clarificador ou é bom para o entendimento das novas gerações, manter uma polissemia que acaba sendo uma espessa confusão?! Que o conceito expresso pela palavra arquivo seja exatamente o mesmo do conceito fundo, sendo que aquela palavra tem, em paralelo, outros significados diferentes (serviço ou instituição destinado a recolher e disponibilizar «fundos» e edifício construído para esse fim...), e que biblioteca (outros sentidos: instituição/serviço e edifício) seja associada à noção de coleção bibliográfica e museu (outros sentidos: instituição/serviço e edifício) à de «coleção museal» é algo que pode ser perfeitamente evitado pelos especialistas e profissionais que trabalham com estes construtos sociais e documentais/informacionais através da recusa à deriva polissémica: acervos dos arquivos devem designar-se por uma palavra diferente (o conceito que persiste, embora o consideremos anacrónico e desadequado, é fundo) e as «coleções» (termo igualmente desadequado) não são nem se confundem com as bibliotecas e os museus que as acolheram...

Esta distinção terminológica, que melhor corresponde a uma radical clarificação conceitual, tem óbvias implicações epistemológicas. A bibliotecologia ou a biblioteconomia, a admitir-se que alguma vez foram ou seriam ciência, esgotam o seu objeto de estudo na biblioteca edifício e na instituição/serviço posta a funcionar nesse espaço físico; dos livros, das publicações, das «coleções», em suma da informação (registada em suporte: documento), aí custodiados e disponíveis, terá de existir outra disciplina com outros métodos e outros critérios de problematização.

As definições mostram, aliás, no caso específico da *biblos + theke*, que estamos, em todos os casos, diante de dois objetos de estudo, de investigação e de resolução de problemas diferentes: gerir instituições/serviços e respetivos espaços é algo bem distinto, e tangencialmente complementar, do estudo do livro, do manuscrito ou da peça (quadro,

móvel, artefato arqueológico...) guardado e exposto num museu. Por isso mesmo, a definição de documentação apenas apresenta afinidades com a de bibliologia, demarcando-se nitidamente das de bibliotecologia ou biblioteconomia. E, por isso, Paul Otlet com suas iniciativas e trabalhos, em especial o tratado citado atrás, apareceu como um inovador a ponto de rotularem de «pai» de uma ciência nova. Na verdade, ele renovou a bibliologia e a bibliografia, passando a preocupar-se em dar a sustentação científica possível (naquele tempo...) ao estudo não somente do livro, mas do documento. Deve-se a Otlet a ousada e oportuna ressignificação de um termo com potencial para abarcar muita coisa, que até então não era incluída e deveria ser abrangida por um conceito agregador: pinturas, desenhos, esculturas, partituras musicais, textos manuscritos, fotografias, etc. Esta ampliação do conceito conduziu o Autor belga até à noção de informação, mas seria necessário o pós-guerra e o clima de guerra-fria, bem como o desenvolvimento das telecomunicações nos Estados Unidos da América, para que dois matemáticos e funcionários da Companhia Bell, Claude Shannon e Warren Weaver, associassem o termo informação à sua teoria matemática de transmissão de sinais e impuseram-no (inocentemente no caso de Shannon) como referente obrigatório e abusivo em todos os setores, nas ciências, nas letras, em tudo...

Os conceitos de documento e de informação são essenciais para se superar as armadilhas naturais do senso comum. Que haja pessoas, e em grande quantidade, que considerem um jornal um documento e a notícia impressa na folha (suporte) desse jornal, um documento também, compreende-se: o senso comum confunde e levou muita gente a achar que o Sol girava em torno da Terra! Mas, que arquivistas e bibliotecários defendam e sustentem publicamente que um livro de contos é um documento, assim como um livro de atas de uma entidade qualquer é um documento, e cada conto e cada ata (registada e impresso nesse livro) são também documentos, é grave, causa apreensão...

A definição mais geral, simples e natural para documento é esta: informação num suporte. Se aceitarmos para um número convenientemente amplo de coisas, esta definição, como é que documento designa o todo e a parte ao mesmo tempo?! A lógica, fabricada pelo senso comum, ajuda a superar os equívocos do senso comum... O assento de uma cadeira não é a cadeira, mas a cadeira inclui além do encosto, as pernas e o assento!... O que certos arquivistas (o recado vai mais para eles do que para os cibercários e os documentalistas bastante informatizados) precisam superar é uma aversão atávica à noção de informação, esquecendo que se trata de uma noção operatória muito menos abstrata do que se tem propagado. A informação existe e é definível como um «conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada» (Silva, 2006, p. 25). Uma ata escrita em português (ou em outra língua qualquer), ou uma notícia impressa (ou em formato digital não importa em que língua), não é um documento é uma ata ou uma notícia, ou seja, é informação, tal e qual a definição

operatória que usamos. Mas, nem precisaríamos de uma definição tão sofisticada para chegarmos à conclusão do óbvio: o conteúdo não é o continente, o suporte distingue-se do que nele está inscrito. Isto é de uma evidência meridiana!

Clarificados estes conceitos podemos agregar o de comunicação e formar um trinómio que é fundamental para descobrirmos – porque é de descoberta que se trata...– um profundo e forte denominador comum entre o objeto da Arquivologia / Arquivística, da Bibliologia / Documentação e da Museologia. Todas estas disciplinas se concentraram, através do mais prático senso comum, na urgência de ordenar fisicamente os documentos num determinado espaço, descrevê-los e classificá-los, para que pudessem ser localizados e disponibilizados em consulta pública, sendo que nos Museus o processo comunicacional, dada a natureza dos artefatos ou das coisas (minerais, animais embalsamados, plantas secas e tratadas para efeitos de estudo, etc.) custodiadas, convoca a visualização guiada ou solta dos visitantes, que não se assumem, nem são assumidos como consulentes. Mas, o objetivo comum de todas elas é organizar a informação contida nos documentos para se possibilitar a comunicação. Temos, aqui, saliente o denominador comum que foi submerso há mais de um século por uma lógica de corporativismo profissional e de especialização funcional extrema: apostou-se muito nas diferenças entre elas e fez-se submergir o potencial epistemológico de similitude do(s) objeto(s) material(ais). Apostou-se claramente numa diferenciação descritiva, inventando-se ordens e esquemas de classificação estanques e específicos, incapazes de dialogarem entre si!...

O conceito de transdisciplinaridade, tal como Olga Pombo o apresenta (Pombo, 2004, p.171), ajuda imenso a compreender a dinâmica de interligação e de interpenetração que é possível desenvolver entre essas disciplinas prático-profissionais, resultando de tal dinâmica a emergência de um campo disciplinar novo e, ao mesmo tempo, consubstanciado no legado subsistente de cada uma, que para nós é, claramente, configurado pela Ciência da Informação trans e interdisciplinar, assim definida: «uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)» (Silva, 2006, p.141).

Dentro da emergente CI, cabem os contributos teórico-práticos arquivísticos, bibliológicos, documentalísticos, museológicos e ainda de disciplinas não menos práticas e tecnológicas, como a *information science* norte-americana e a *informatika* soviética (ambas nascidas nos anos sessenta em plena guerra fria). Contributos essenciais para que a CI se configure como um estádio epistémico mais evoluído, mais completo e mais capaz de se inserir, de pleno direito, na interdisciplina das Ciências da Comunicação e Informação-CCI, em curso em Portugal por influência reflexa do caso francês das *Sciences de l'Information et*

Communication-SIC, e no conjunto das Ciências Sociais Aplicadas.

Uma pausa “sinóptica” sobre teoria e pensamento sistémico...

Competindo à CI o estudo científico da informação de acordo com múltiplas abordagens e independentemente do contexto de produção, organização e uso informacionais, não é de estranhar que ela tenha acolhido, no pólo teórico do método quadripolar (Silva; Ribeiro, 2002, p.87-121), a teoria e o pensamento sistémicos, a fim de melhor investigar e compreender a génese, o fluxo e a apropriação dinâmica da informação no quadro do binómio info-comunicacional. E, para que não se perca tempo a perceber como a CI trans e interdisciplinar ajustou o conceito operatório de Sistema ao seu objeto de estudo, atente-se no verbete Sistema de Informação do *Dicionário Eletrónico em Terminologia da Ciência da Informação-DeltCI* (e em Silva, 2006, p.162-163):

«Para evitar equívocos, importa distinguir SI, conceito operatório crucial em Ciência da Informação, do Sistema Tecnológico de Informação ou Informático, em verbete a seguir. Tendo em conta a sinopse relativa ao conceito de Sistema, um Sistema de Informação é uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um Sistema de Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo. A estrutura de um SI é um aspecto complexo porque ela é paradoxalmente autónoma e indissolúvel da informação propriamente dita: o sujeito de acção (seja pessoa ou instituição) que produz e recebe fluxo informacional é distinto deste, mas é essencial para que este exista. A identificação da estrutura torna-se um momento decisivo para podermos fixar os contornos precisos de um SI e isso é feito, em Ciência da Informação, através do pólo técnico do Método Quadripolar, mais precisamente através das operações *Observação e Análise orgânico-funcional*. E é preciso não esquecer que a estrutura de um SI é ou pode ser concebida ela própria como um Sistema distinto. Um exemplo: uma empresa gera (produz, recebe e acumula) informação ao longo do tempo, o que significa que alimenta a existência de um SI, cuja estrutura é a dita empresa (com a sua organização interna e agentes ou funcionários), que, por sua vez, constitui um ou mais sistemas específicos. Os autores da área de Gestão tendem a ver distintos sistemas numa empresa: o sistema de gestão; o sistema dos recursos humanos; o sistema de informação; o sistema tecnológico, etc. Mas esta duplicidade da estrutura não causa qualquer confusão se bem percebida: quando o enfoque se centra na Informação sistemicamente concebida, pensada e estudada a respectiva estrutura pode, noutras abordagens, corresponder a um sistema, mas no SI é e mantém-se estavelmente como estrutura».

O verbete continua válido e, nesta medida, representa corretamente o modo como, na perspectiva em apreço, relaciona-se a noção de SI com o que está subsumido pela definição de informação atrás evocada. Inclusive, a informação existente no cérebro/mente das pessoas faz parte ou integra o SI. Essa informação corresponde ao designado «conhecimento explícito» e existe passível de ser documentada e comunicada, desde que as representações estejam codificadas, retidas no cérebro, prontas a serem ditas, escritas e memorizadas. Esta informação foi confundida, a partir de Michael Polanyi, com conhecimento tácito, mas, os neurocientistas e os psicólogos cognitivistas podem ajudar a

precisar que este tipo de informação não é faculdade de cognição, embora seja um seu produto, ou consequência. E mais: esse tipo de informação pode ser categorizada como conhecimento científico, por exemplo, se tem a ver com descobertas ou com experiências em curso nas ciências naturais e com os resultados de pesquisa de outros campos científicos. Só que estamos, também, a designar uma informação que abarca anedotas, canções, imagens desenhadas, fotografadas, filmadas... Enfim, a informação, que está na cabeça humana e fora dela, constitui um SI ativo e permanente, mas, quando a estrutura alimentadora do SI desaparece, ela passa a subsistir aparentemente cristalizada na «realidade documental», nos artefatos livro, documento, cd-rom, DVD, etc... As aplicações de *software*, dentro desta concepção, constituem apenas uma parte pensável sistemicamente numa totalidade maior – o SI propriamente dito.

Carlos Zorrinho, em 1991, olhou para uma empresa, considerou-a um sistema aberto e dinâmico, em constante evolução e em adaptação permanente, e invocando a legitimação da teoria geral dos sistemas (Ludwig Von Bertalanfy), a decompôs em sistema de gestão, sistema de informação e sistema de estrutura, com outras variedades sistêmicas (Zorrinho, 1991, p.36–53). O exercício de Zorrinho mostra – e isso é positivo – que a organização é um *puzzle*, composto por peças, que podem ser estudadas e encaradas com vista a abordagens práticas como sistemas específicos, o que obriga a reconhecer que a gestão de informação, centrada no SI, não esgota a complexidade sistêmica de uma organização, seja ela qual for, antes se enriquece com os *in puts* de outros olhares e abordagens. Mas, também, é evidente que a sua concepção de gestão de informação, redutoramente tecnológica na sua matriz, ficou refém de definições como a que Le Moigne propôs para informação: «objecto formatado criado artificialmente pelo homem, tendo por finalidade representar um tipo de acontecimento identificável, por ele, no mundo real» (Zorrinho, 1991, p.43); ou a proposta por David e Owen: «informação são dados processados numa forma adaptada ao meio de processamento, com valor real e perceptível na tomada de decisões correntes e prospectivas» (Zorrinho, 1991, p.43).

Não oferece, portanto, grande contestação a possibilidade universalista de aplicação do conceito de sistema, e sua subjacente concepção teórica e epistemológica (teoria geral e pensamento sistêmico), a uma infinidade de fenómenos e problemáticas. E a aplicabilidade teórica pode ser feita com bastante plasticidade, como vemos no caso de Zorrinho ao conseguir decompor uma empresa em diferentes tipos de sistema. Seguindo esta linha, o Arquivo instituição/serviço, a Biblioteca instituição/serviço, o Centro de Documentação instituição/serviço e o Museu instituição/serviço podem ser encarados como sistemas (semi)abertos e tendencialmente dinâmicos. Mas, também podemos olhar para o Arquivo, a Biblioteca e o Museu, mais precisamente para o respetivo «recheio», isto é, os «fundos» e as coleções que foram incorporadas e destinadas a serem geridas por essas instituições/serviços, como uma totalidade documental/informacional – um sistema próprio.

Retomaremos este ponto fulcral, adiante, e que marca a dupla e singular natureza destes três «construtos culturais» da Modernidade.

Socorrendo-nos do trabalho, já clássico, de Piero Mella sobre sistemas e pensamento sistémico, importa lembrar que, para o definirmos operatoriamente, devemos, antes de mais, entender a estrutura como um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos relacionados entre si e de tal forma que: (a) apresenta características próprias; (b) o estado de cada elemento depende, pelo menos, de um outro e acaba condicionado pela estrutura toda; (c) esta, se assumir ou modificar o próprio «estado», afeta os seus elementos, assumindo cada um deles um dado estado ou sofrendo uma modificação de estado; e (d) todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura (Mella, 1997, p.25). Inere-se, assim, que toda a estrutura é, simultaneamente, estruturada (o seu estado deriva dos elementos integrantes) e estruturante (o seu estado condiciona o dos elementos). E importa notar que estrutura e sistema, sem coincidirem, correspondem a uma conceção analítica e a uma síntese na observação dos elementos interrelacionados. Assim, um sistema pode ser definido enquanto estrutura (conceção analítica) observada como uma unidade duravelmente caracterizada pelo próprio estado e com significado autónomo (conceção sintética). Não sendo uma estrutura, o sistema pressupõe, possui ou integra uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Um sistema não existe na realidade, mas é definido como tal, por qualquer observador que dê significado aos estados (situações) assumidos por uma estrutura (Mella, 1997, p.26). Neste sentido, a noção operatória, em foco, funda-se numa visão holística do mundo, irreduzível a tendências ou escolas, nomeadamente a estruturalista, apesar das óbvias afinidades desta com o pensamento sistémico, e aplica-se a uma diversidade de objetos cognoscíveis, máquinas, organizações, seres vivos, etc. Ainda segundo Piero Mella, pode adotar-se a seguinte classificação: um sistema formado por outros sistemas é um *supersistema*; um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial ou subsistema*; e quando o sistema e o ambiente se interpenetram temos o macrossistema «ambiente», em sentido amplo. Como se determina essa interpenetração? Individualizar um sistema consiste em especificar-lhe os limites, ou seja, definir o que pertence à estrutura e o que lhe é estranho, de onde se conclui que o que estiver fora do sistema é o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura (Mella, 1997, p.30). Por fim, sublinhe-se que os sistemas se distribuem por duas grandes classes: os organizados e os não-organizados ou combinatórios (Silva; Ribeiro, 2002, p.101-103). Os primeiros possuem uma estrutura formada por órgãos (o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.), e os segundos, uma estrutura gerada por elementos análogos pelos quais não se reconhecem relações organizativas (os fluidos, as populações, etc.). Na classe dos organizados ou operatórios, deparamos várias sub-classes: os *sistemas dinâmicos e respetivo processo interativo*; os *fechados* e os *abertos*; os *naturais* e os

artificiais; as redes modulares; os autopoieticos; o sistema geral; e os cognitivos conscientes (ver Silva; Ribeiro, 2002, p.97-101).

A encerrar esta sinopse, não podemos deixar de incluir um válido esforço feito por Balduino (1988, apud Jardim, 1995) no sentido de distinguir rede de sistema. Uma distinção que se nos afigura não apenas oportuna, mas imprescindível:

REDES	SISTEMAS
elementos interligados	elementos integrados
objetivos comuns	objetivos específicos
componentes autônomos	componentes interdependentes
características individuais	padronização
cooperação	funções específicas e interdependentes- complementação
a ausência de um componente não compromete a realização dos objetivos da rede como um todo	a ausência de um componente compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo

Quadro 1

Fonte: Jardim, 1995, p.59

E podemos ainda estabelecer uma aproximação evidente da rede aos sistemas combinatórios. No entanto, se considerarmos a caracterização feita dos organizados ou operatórios a distância à noção de rede é demasiado nítida, o que nos permite corrigir de imediato a conceituação «sistema nacional de arquivos» no caso de nesta expressão se incluírem os arquivos públicos jurídica e financeiramente dependentes de um organismo do Estado e arquivos privados ou de outras entidades autónomas. Se a ideia é envolver todo o tipo de arquivos existentes num país, a noção de rede impõe-se como a mais adequada e assim tem sido usada para definir a Rede Nacional de Leitura Pública, a Rede de Bibliotecas Escolares e a Rede Nacional de Museus (que pode ainda desdobrar-se em redes mais especializadas...).

Uma derradeira nota, vale a pena inserir, relativa ao fato de os arquivistas terem associado o conceito de sistema às práticas internas de ordenação, de classificação e de organização dos documentos e seus conteúdos. Vê-se, por isso, em alguns textos teórico-práticos de arquivística a expressão «sistema de arquivo» a significar os esquemas de classificação e de «arrumação» adotados ou, dito de outro modo, diversos aspetos da «gestão da informação arquivística» com várias nuances ou modalidades: sistema de arquivos correntes; sistema de administração de documentos; sistema de controlo de «assuntos pendentes»; sistema ativo de transferência de documentos; sistema de controlo de carga de saída; sistema ativo de tabelas de descarte; sistema ativo de correção, revisão e

atualização do material de serviço; sistemas de classificação e rotinas de trabalho padronizadas (em contraposição a um sistema de classificação desorganizado ou ilógico); sistema de controlo centralizado; sistema soundex; sistema dígito-termina; e sistema alfabético-decimal de guias «fora». Exemplo lapidar de um uso instrumental, saturado de usura, que os informáticos praticam generalizando o termo sistema ao serviço de programas e aplicações bem específicas e redutoras em sua configuração prática.

Um exemplo diferente e edificante podemos colher em Enrique Molina Campos, na obra póstuma *Teoría de la biblioteconomía* (1995), na qual considerou a biblioteca como um sistema, bem mais amplo e agregador que meras operações de tratamento, organização e gestão de *stock*, ao ponto de incluir como elemento constituinte ou componente sistémico os utilizadores:

«La biblioteca es un sistema que incluye también a quien se sirve de ella; considerada en sí misma, o sea, desde el exterior de los usuarios, la biblioteca es, por tanto, un sistema abierto. Para los sistemas abiertos no hay posibilidad de establecer unos modelos de organización que sean verificables. Así pues, o bien la biblioteca incluye también en su ámbito institucional y en su esfera funcional-operativa a los usuarios (y entonces la biblioteca se convierte en una realidad que - provocada por un fetichismo cultural y mantenida por vínculos jurídico-administrativos- permanece inaccesible a los principios de la racionalidad, sigue siendo ingobernable en el plano de los objetivos, y se hace incensurable respecto a los criterios de la eficacia y del rendimiento). No es admisible que subsistan, de una parte, las bibliotecas y, de otra, los usuarios; las bibliotecas son tales en tanto en cuanto tienen unos usuarios efectivos y actuales y de los usuarios potenciales y virtuales de una biblioteca» (Molina Campos, 1995, p.135-136).

Trata-se de uma perspetiva compreensível, mas radicalizadora dos limites do sistema aberto, no entanto, viabiliza a possibilidade de encararmos a Biblioteca-instituição (pública ou privada, com acentuado grau de autonomia) como um sistema composto de várias partes, e uma das partes centrais é a informação no seu conjunto heterogéneo, habitualmente caracterizado por «coleções», conceito fragmentador e anacrónico que se tornou axial nos Museus. Mas, também é possível pegar em toda a documentação/informação, concentrada na instituição Biblioteca, e pensá-la como sistema, porque esse conjunto de artefatos, articulados entre si e referenciados através de um produto típico de mediação que se designa de «metainformação», podem ser deslocados a qualquer momento daquele contexto institucional e transposto para outro, ou seja, tem uma certa «vida própria», replicando, em si mesmo, a estrutura geradora: quem constitui e organiza a Biblioteca projeta-se de forma perene nela.

Esta visão foi recuperada, para o universo museológico, por Isabel da Costa Marques, num artigo que não pode ser ignorado, uma vez que é seminal. Aí, a autora reconhece-se influenciada pela abordagem sistémica proveniente da Ciência da Informação e assume «adoptar uma visão integradora do museu partindo do conceito de Sistema de Informação», uma vez que

«- A informação produzida no âmbito do exercício das funções do museu é resultante da interacção da informação proveniente das demais colecções.

«- Uma visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc. relacionada com o património cultural) seja devidamente contextualizada, registada, armazenada, inter-relacionada, recuperada, reproduzida e acedida.

«- Pensar o museu como um sistema de informação implica superar divisões convencionais ainda vigentes como é o caso da distinção entre colecção museológica, bibliográfica e arquivística.

«- Implica tomar consciência da possibilidade de quebrar as barreiras estabelecidas pelo peso histórico da categorização das colecções e permitir uma maior reflexão sobre novas abordagens de inter-relações informacionais dos objectos.

«- Implica ainda uma reavaliação das práticas habituais (gestão, inventariação, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) no sentido de se tornarem mais eficientes e mais operacionalizáveis num contexto integrador das funções e objectivos do museu enquanto instituição cultural» (Marques, 2008-2009, p. 280).

Não há uma distinção clara, e a autora não viu necessidade em estabelecer uma distinção entre o museu enquanto instituição cultural e o museu enquanto conjunto ou totalidade informacional, subsumindo as duas dimensões no conceito operatório de sistema de informação.

Diferente postura foi a adotada pelos autores do volume 1 de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (1999), que, assim se distanciavam, por exemplo, da conceção expressa por Antónia Heredia Herrera, na sua *Archivística general: teoría y práctica*, para quem sistema de arquivo era e segue sendo um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, o recolhimento, depósito, arranjo e descrição e serviço dos documentos (Heredia Herrera, 1991, p.227); e um sistema nacional de arquivos seria conjunto das estruturas arquivísticas, sob a égide do Estado, variável em função das características unitárias e federalistas de cada país (ideia partilhada pelos autores canadianos da Arquivística integrada, Carol Couture e outros). Recusavam, também, a visão hegemónica, radicada na política demo liberal da memória nacional, conseguida através de incorporações mais ou menos seletivas. Silva e co-autores denunciaram, por tudo isso, o anacronismo do conceito meramente incorporacionista de fundo de arquivo e contrapuseram a noção de sistema, não sem alguma ambiguidade, que tem permanecido. De forma taxativa, afirmaram que o arquivo não podia ser uma mera soma «de «fundos» (conjunto orgânico de documentos...) mais «serviço» (instituição ou serviço responsável...)» (Silva et al., 1999, p.213), e, não sendo isso, podia e devia ser «uma unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m)» (Silva et al., 1999, p.213):

«Em terceiro e último lugar, se podemos, pois, representar o arquivo como um sistema (semi-)fechado (orgânico-funcional) de informação, temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistémica do arquivo. Quer isto dizer que o arquivo não pode mais ser pensado como entidade dual ou como a mera ligação extrínseca de duas coisas distintas - a estrutura orgânica e a função serviço/uso. Estamos, afinal, perante factores básicos e indissociáveis, através dos quais o arquivo

emerge, sistémico, do fenómeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria acção humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional. Sendo assim:

«Arquivo é um sistema (semi)fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores» (Silva et al., 1999, p.214).

Mas, a definição formulada mostrou-se insuficiente para abarcar a complexidade arquivística e os Autores avançaram com uma categorização de acordo com os vários atores implicados. Quanto ao fator estrutura orgânica, o arquivo/sistema de informação poderia ser:

«Unicelular – é todo o sistema que assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas. Note-se que este tipo de sistema é permeável a uma forte pressão integradora, que leva à constituição de sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivo se interliga com a informação biblioteconómica e com a museológica.

«Pluricelular – é todo o sistema que assenta numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade. No caso de algumas entidades industriais, financeiras e governamentais surgem subsistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional, com reflexos no modo prático de gestão da informação. Note-se, contudo, que se podem, também, formar subsistemas, tendo por base estruturas unicelulares (é o caso das pessoas e de certas famílias)» (Silva et al., 1999, p.214-215).

Quanto ao fator serviço/uso há duas categorias possíveis de sistema:

«Centralizado – é todo o sistema (unicelular ou pluricelular) que opera o controlo da sua informação através de um único centro (onde se concentra fisicamente toda a informação) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso.

«Descentralizado – é todo o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controlo da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada» (Silva et al., 1999, p.215).

Além disto, tornou-se necessário, para estes autores, distinguir um arquivo ativo de um desativado: aquele mantém um regular funcionamento ou atividade da respetiva entidade produtora; e este corresponde a uma entidade produtora que cessou a sua atividade, ou foi extinta, «pelo que todo o sistema ficou encerrado ou estático» (Silva et al., 1999, p.216). Por fim, o especializado ou centro de arquivos «é todo o sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado» (Silva et al., 1999, p.216). Os autores não referem, mas a expressão poderia ser aplicada aos congéneres biblioteca pública e museu.

A ambiguidade desta proposta é que, apesar do sistema de informação-arquivo possuir uma estrutura, esta é uma projeção da estrutura institucional concreta, e isto faz com que o foco seja posto sobretudo na informação, mas a presença real, concreta da

estrutura, com seus agentes, objetivos funcionais, orçamento, regulamentos, etc. não pode ser negada e daí a necessidade de introduzir a categoria de especializado ou centro de arquivos.

A proposta sistêmica de Silva e co-autores permanece válida, mas volvidos quase quinze anos e aplicações várias, faz sentido e torna-se imperioso desfazer equívocos e formulações mais ou menos ambíguas, deixando-se eventualmente suspenso o que não tiver ainda solução clarificadora, mas sempre com o rótulo expresso de problema pendente.

Urgência do verbo clarificar...

O nosso objetivo plasma-se neste verbo, mas é preciso advertir que não há, nem podia haver, a pretensão de se esgotar, aqui, o desiderato fixado. O mais importante agora é sinalizar a urgência de um uso menos equívoco e mais exigente do conceito operatório, aplicado não apenas à esfera arquivística, mas também à biblioteconômica e museológica.

E o primeiro aspeto, que justifica toda a atenção e empenho, prende-se com a distinção entre rede e sistemas operatórios ou organizados, uma vez que os combinatórios podem ser associados à natureza e ao funcionamento das redes. O debate não é novo e já foi travado, nomeadamente no Brasil entre arquivistas, sobre se é apropriado considerar a existência de um sistema nacional de arquivos ou de uma rede nacional de arquivos, mas faz sentido retomá-lo, ainda que rapidamente. É verdade existir uma certa singularidade no que toca aos arquivos, porque se pensarmos exclusivamente no Arquivo Nacional e em Arquivos Públicos regionais ou distritais, coordenados pela mesma entidade pública que governa o AN, à luz do critério da unidade institucional e administrativa, não é absurdo, é, aliás, bastante, plausível pensar esse conjunto todo e geri-lo como um sistema. Mas, se quiséssemos alargar o âmbito a arquivos municipais, de empresas públicas e a privados, o mencionado critério perde-se e, com as características atrás expostas em tabela, a rede surge como o conceito mais ajustado. Não se estranha, por isso, a coerência do uso do conceito para a designação do programa aplicado às bibliotecas e aos museus como «rede nacional». Mas, há também o reverso: o abuso do conceito de rede está a acontecer com as denominadas «redes sociais», que não passam de sistemas (semi-abertos). Basta um exemplo forte: o *facebook* é, antes de mais, uma empresa que opera na infoesfera (Luciano Floridi) ou no «espaço de fluxos» (Manuel Castells), com fins lucrativos, proporcionando serviços de infocomunicação em larga escala e proporcionando às pessoas de todo o Mundo que se relacionem e façam amigos no «espaço face» e, a fazerem isso, os «clientes» não formam redes mas integram plenamente o sistema organizacional de negócio da empresa, como parece indiscutível.

Outro aspeto importante tem a ver com o plano epistemológico.

Salvo o caso algo dissonante do campo bibliotecário, em que houve o aparecimento de várias designações disciplinares, como vimos no início do primeiro item (bibliografia,

bibliologia, bibliotecologia e biblioteconomia), reservando-se, assim, a bibliotecologia para identificar especificamente a disciplina que se ocupa das bibliotecas, a arquivística e a museologia agregaram em si duas acepções distintas: serem ciência dos arquivos ou dos museus, e ciência que se ocupa dos fundos ou das coleções. Ora os construtos institucionais e socioculturais da Modernidade – arquivo, biblioteca e museu – podem perfeitamente integrar um objeto de estudo no campo das Ciências Sociais, diferente do formado pelos conteúdos depositados nesses construtos – «fundos» e «coleções», embora seja óbvio que eles foram criados para proteger, preservar e tornar acessíveis à Nação esses testemunhos de uma memória e identidade coletivas. No entanto, não é difícil perceber que na centralidade, mesmo já nos idos de setecentos, estavam os documentos e os artefatos musealizados, sem os quais perdia sentido a existência de arquivo, biblioteca e museu. Este ponto é fulcral e foi sendo resolvido através do senso comum: os livros impressos eram materialmente diferentes dos manuscritos e estes dois artefatos eram ainda mais díspares de um quadro a óleo, de uma escultura, de contador indo-português, ou de uma cama com dossel... Coisas diferentes deveriam ir para os espaços respetivos, originar práticas profissionais específicas e até disciplinas pretensamente científicas autónomas. Esta configuração ou representação epistemológica simplista, que cabe debaixo da génese e evolução do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista (Silva, 2006, p.158), não transita para o paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico (Silva, 2006, p.158–159), em que se aprofunda o debate que já supera o recurso, a uma noção ampla de documento formalizada por Otlet no seu tratado de 1934: o que urge aprofundar, agora no séc. XXI, é se o livro impresso, o manuscrito administrativo, tão do cuidado dos arquivistas, ou uma peça artística/manufaturada em qualquer época (desde a pré-história à atualidade) são ou não informação registada ou modelada num suporte material para cumprir determinada função. Os que optam pela negativa encerram, de imediato, o debate; os que optam pela afirmativa viram-se, necessariamente, para a Ciência da Informação trans e interdisciplinar como campo adequado a investigar os sistemas de informação, alojados dentro das instituições arquivo, biblioteca e museu e fora delas, dispersos pela sociedade humana. Foi esta a perspetiva assumida por Silva e co-autores, apesar de alguma ambiguidade que se tornou maior em Isabel Costa Marques e, sobretudo, em Molina Campos. Clarificando, urge perguntar: pode a CI debruçar-se sobre essas instituições ou podem elas formar o seu objeto de estudo? A resposta tem de ser clara: sim, mas sem deixar que o foco seja sempre a informação.

Essas instituições culturais podem ser exploradas cientificamente como sistemas que integram informação, mas esta pode, também, ser destacada como sistema de informação «identidade própria». Confuso? Apenas ambivalente.

Estamos, afinal, perante casos sistémicos ambivalentes que não podem ser tratados com rigidez conceitual ou teórica. Temos, pois, de voltar à doutrina sistémica, mais propriamente aos sistemas organizados, e relembrar que um sistema formado por outros

sistemas é um *supersistema*, que um sistema individualizado no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial ou subsistema* e que, quando o sistema e o ambiente se interpenetram, temos o macrossistema «ambiente», em sentido amplo. A classificação colhida, como vimos atrás, em Piero Mella é útil, mas não resolve tudo. Se a CI investiga, por exemplo, o Arquivo Público em Portugal, acaba por se deparar perguntas essenciais postas ao Ministério ou setor governamental da Cultura e, em consequência «descobre» um supersistema integrado no sistema arquivo público, o qual por sua vez é composto por uma miríade de sistemas de informação («fundos») criados e desenvolvidos por tantas entidades produtoras/orgânicas; o processo político-ideológico da incorporação transferiu-os para outro contexto - o arquivo público - onde por um lado não se devem diluir, mas onde, ao mesmo tempo, se tornam componentes essenciais, podendo ser, numa visão maximalista sempre discutível, parte do sistema arquivo público. Numa visão mais organicista terão de se manter ou como sistemas autónomos ou, mais simplesmente, como subsistemas do sistema arquivo público.

Que visão escolher? Uma outra visão que possa ser ainda mais clarificadora. Como? Desta forma:

1º - A informação confunde-se, em larga medida, com o conceito de cultura, sobretudo se tivermos em conta a definição daquela e o confronto conceitual desenhado em Silva (2006, p. 25), pelo que as questões culturais entram naturalmente no objeto próprio da CI, no entanto é preciso reconhecer que a problemática cultural (construto filosófico e científico) tem foros de precedência em certas disciplinas como a antropologia, a etnologia, a sociologia e a história, o que obriga a CI a um diálogo interdisciplinar fecundo com elas;

2º - Cabe, portanto, à CI estudar e enquadrar os arquivos, as bibliotecas e museus, tanto na sua dimensão institucional e gestão política, como na sua ação social e educativa, mas sem descurar o seu «recheio», porque nele se projeta sempre o discurso do Poder e dos Poderes mais variados e mais ínfimos;

3º - Pode e deve a CI apropriar-se de conceitos operatórios em uso nas ciências sociais e em outros campos da ciência e do saber, como mediação, modelo, paradigma, estado-nação, estado cultural, política cultural, política de informação, etc., mas tem sempre de tratar-se de uma apropriação criativa, ou seja, tem de ajustar esses conceitos à especificidade complexa do seu objeto construído;

4º - A CI, ao encarar a dimensão institucional de arquivo, biblioteca e museu (sempre considerados com os seus utilizadores como enfatizou Molina Campos), pode, inevitavelmente, ter de penetrar na complexidade do super-sistema político-institucional, dentro do qual a informação se entrelaça e se individualiza, em simultâneo e sem contradição, podendo a qualquer momento «isolá-la» como

sistema de informação, que é sempre em potência, e muitas vezes a ação humana e social tende a conferir-lhe real autonomia.; e

5º – Em reforço direto da transição paradigmática subjacente, surgem as alterações operadas, por impulso das novas tecnologias de informação e comunicação, no plano instrumental da descrição ou metainformação operada em arquivo, biblioteca e museu, como foi, recentemente, sinalizado na tese de doutoramento de Ana Cristina Fernandes Cortês Santana Justino, que se propôs: (a) «analisar e harmonizar as diversas normas existentes para a organização e representação da informação, nas instituições de memória (arquivo, biblioteca e museu)»; (b) «integrar recursos e fontes de informação que não eram, até à data, consideradas neste tipo de sistemas, como *blogs*, *sites*, *wikis*, vídeos interativos, jogos *online*, mundos virtuais, entre outros»; (c) «permitir a interação dos utilizadores no, e com, o sistema de informação oferecendo-lhes a hipótese de também serem produtores de informação»; (d) «testar e avaliar o modelo proposto através de um protótipo funcional»; (e) «permitir aos utilizadores e aos profissionais da informação um acesso simples e funcional ao sistema»; (f) «analisar como os utilizadores e profissionais da informação exploram a plataforma e os serviços que usam e privilegiam, assim como avaliar a interação e a eficácia (da pesquisa), no protótipo»; (g) «conhecer a importância que os utilizadores e profissionais da informação atribuem à interação e colaboração com uma plataforma dinâmica de partilha de conteúdos gerados pelo utilizador»; (h) «avaliar o comportamento informacional dos utilizadores na exploração da plataforma» (Justino, 2012, p.276).

O que acaba de ser explicitado introduz o último aspeto que importa, aqui, destacar e que se prende com a proposta de modelo formulado na sequência quase imediata da publicação e da divulgação do volume 1 de *Arquivística*. Referimo-nos ao SIAP – Sistema de Informação Ativa e Permanente, prototipado em diferentes contextos, nomeadamente no municipal (caso do SIMAI, experiência proposta e «congelada» num município brasileiro – Masson; Silva, 2000–2001, p.33–62) e no universo pessoal e familiar (o projeto levado a cabo na Fundação Casa de Mateus entre 2002 e 2005 revelou-se importante na respetiva aplicação, consolidação e expansão). Mas, nos dois contextos a conceituação sistémica tem diferença.

No caso municipal referido, encarou-se todo o tipo de informação ativa, ou seja, produzida e usada pela entidade produtora, como formando uma totalidade ampla (diferentes tipologias documentais desde que ligadas ao agir próprio da Prefeitura) e, em consequência, disto constituía não necessariamente um serviço institucionalizado, mas um fluxo perfeitamente identificável que era gerido por «instâncias» flexíveis e plásticas destinadas a gerir «por dentro» todo o fluxo informacional. Por outras palavras, o modelo SIMAP, na versão concebida para o caso municipal brasileiro, seguiu por uma via

«autonomista» em que o sistema de informação é tratado como um sistema a par da autarquia, outro possível sistema, que o produz e usa ou, quando muito, como um subsistema (visão mais organicista, referida atrás). E o mais radical consistiu em evitar a «funcionalização» em arquivo, biblioteca e museu dentro da instituição, passando a existir apenas o S(istema)I(nformação)M(unicipal) A(tiva) [do Município X].

Nos casos pessoal e familiar, as aplicações desenvolvidas tendem a confundir o sistema pessoa ou o sistema família com o respetivo sistema de informação, perspetiva que não aparece muito clara no artigo–proposta de modelo pessoal e familiar (Silva, 2004), embora estivesse implícito. É, aliás, correto que, em atuais e futuras aplicações, se esbata qualquer diferença: a CI, ao trabalhar com sistemas de informação pessoais e familiares, está a justapor esse sistema ao sistema pessoa ou ao sistema família, por serem indissociáveis e pelo seu alto grau de complexidade (o que parece mais pequeno e simples pode ser bem mais complexo que o que parece enorme e complicado). Uma orientação conceitual que pode ser transposta para outros contextos, num esforço de clarificação que não fora até hoje formulado.

Seja qual for a visão ou perspetiva enfatizada, o conceito operativo de sistema em CI pode chegar à esfera institucional e organizacional, mas começa e termina sempre balizado pelo fenómeno info–comunicacional.

Referências bibliográficas

DeltCI – Dicionário Eletrónico em Terminologia da Ciência da Informação. [Em linha]. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/>>.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – *Dicionário do Livro*. Coimbra: Almedina. ISBN 978–972–40–3499–7.

HEREDIA HERRERA, Antónia (1989) – *Archivística general: teoría y práctica*. 4ª ed. Sevilla: Deputación Provincial.

JARDIM, José Maria (1995) – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil* [Em linha]. Niterói, RJ: EDUFF–Editora da Universidade Federal Fluminense. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url:<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>>. ISBN 85–228–0166–5.

JUSTINO, Maria Cristina Fernandes Cortês Santana (2012) – *O Desafio da homogeneização normativa em instituições de memória* [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento. [Consult. 1 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://ria.ua.pt/handle/10773/10444>>.

MARQUES, Isabel Costa (2008–2009) – O Museu como sistema de informação. *Musev*. ISSN 0871–2670. IV série, N.º 17, p. 267–290.

MASSON, Sílvia Mendes; SILVA, Armando Malheiro da (2000–2001) – Uma abordagem sistêmica da informação municipal: o projecto SIMAP e um caso de aplicação ainda incipiente – o SIMAI. *Cadernos de Estudos Municipais*. ISSN 0872–6884. N.º 14–16. p. 33–62.

MELLA, Piero (1997) – *Dai Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli. ISBN 88–464–0336–3.

MOLINA CAMPOS, Enrique (1995) – *Teoría de la biblioteconomía*. Edición póstuma a cargo de Rafael Olivares. Granada: Universidad de Granada. ISBN 84–338–2116–4.

OTLET, Paul (1934; 1996) – *Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Traducción Maria Dolores Ayuso Garcia. Murcia: Universidad de Murcia. ISBN 84–7684–766–1.

POMBO, Olga (2004) – *Interdisciplinaridade: ambições e limites*. Lisboa: Relógio d'Água Editores. ISBN 972–708–814–7.

SILVA, Armando Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I série, N.º 3, p. 55–84.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto*. Porto: CETAC.COM; Edições Afrontamento. ISBN 972–36–0859–5.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo formativo*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972–36–0622–4.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel Luís (1999) – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978–972–36–0483–2.

ZORRINHO, Carlos (1991) – *Gestão da informação*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972–23–1390–0.

Wikipédia. [Em linha]. [Consult. 30 Jan. 2014]. Disponível na Internet: <Url: <http://pt.wikipedia.org/wiki>>.

¹ Texto publicado a convite do Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus da BAD

² Sobretudo em artigo de revistas científicas vulgarizou-se a expressão referências bibliográficas no sentido estrito de conjunto de elementos que permitem identificar uma obra, aceção limitada e que fica aquém da riqueza de sentido que o termo bibliografia foi adquirindo ao longo do tempo.